



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)

Data da reunião: 14/09/2021

Presidente: Senador Reguffe

Item	Identificação da matéria
1	<p>REQ 9/2021 - CTFC</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a competência legal dos Tribunais Regionais Eleitorais para apurar os resultados referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, e a proposta de alteração da sistemática de totalização adotada nas Eleições, promovendo a centralização do processo no Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>Autoria: Senador Marcos do Val</p>
2	<p>REQ 10/2021 - CTFC</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, e pelo Senhor Ministro da Defesa, Sr. Walter Braga Netto, informações relativas à emissão de licenças para posse e porte de armas no Brasil, concedendo acesso integral a esta comissão aos dados do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA).</p> <p>Autoria: Senador Randolfe Rodrigues</p>

Data da reunião: 14/09/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p>PFS 1/2016</p> <p>Ementa: Apresenta proposta, nos termos dos arts. 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da Homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, com efeito erga omnes, vazado em todos os requisitos legais essenciais (formais e essenciais), assim entendido pelo Ministério Público Federal (Nº 22854/2016-GTLJ/PGR), no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação.</p> <p>Autoria: Senador Davi Alcolumbre</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Fabiano Contarato	Pela admissibilidade e aprovação da proposta	<p>A PFS 1/2016 pretende que sejam investigadas e apuradas as denúncias objeto da homologação de acordo de colaboração premiada pelo Supremo Tribunal Federal firmado com Delcídio do Amaral Gomez, no que tange ao depoimento constante do Anexo 07 - BELO MONTE, da Homologação, que indica a existência de propina na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.</p> <p>Para a execução da proposta de fiscalização, propõe-se a realização das seguintes atividades, que poderão ser alteradas em razão das necessidades da comissão: a) solicitar ao Tribunal de Contas da União cópia integral do processo TC 017.053/2015-3, bem como de eventuais processos pertinentes à apuração de irregularidades no leilão e na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte; b) solicitar ao Ministério Público Federal informações sobre os ilícitos identificados no leilão e na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, objeto da 49ª Fase da Operação Lava Jato; c) realizar diligências que se fizerem necessárias ao longo dos trabalhos; d) realizar audiências públicas, caso haja necessidade; e) apresentar, discutir e votar o relatório final desta proposta de fiscalização e controle.</p> <p>- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2021, 30/08/2021 e 31/08/2021.</p>
4	<p>PFS 2/2017</p> <p>Ementa: Com base nos arts 102-A e 102-B, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é apresentada Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da publicação do relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro.</p> <p>Autoria: Senador Romário</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Fabiano Contarato	Pela admissibilidade e aprovação da proposta	<p>A proposta de fiscalização tem por objetivo investigar o não cumprimento, por parte do Ministério do Esporte, da exigência legal de publicação de relatório de acompanhamento da aplicação de recursos para o desporto provenientes de loterias federais, repassados ao Comitê Olímpico do Brasil e ao Comitê Paralímpico Brasileiro. Para a execução da proposta de fiscalização, propõe-se a realização das seguintes atividades, que poderão ser alteradas em razão das necessidades da comissão: a) solicitar ao Tribunal de Contas da União que promova auditoria (ou outro instrumento de fiscalização porventura mais adequado) para apurar, junto à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, o não cumprimento da publicação do referido relatório de acompanhamento; b) realizar diligências que se fizerem necessárias ao longo dos trabalhos; c) realizar audiências públicas, caso haja necessidade; e d) apresentar, discutir e votar o relatório final desta proposta de fiscalização e controle.</p> <p>- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2021, 30/08/2021 e 31/08/2021.</p>

Data da reunião: 14/09/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PLS 9/2017 Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Não Terminativo	Senador Fabiano Contarato	Pela aprovação	<p>A proposição pretende determinar que seja inserida, nos rótulos e embalagens de refrigerantes, advertência sobre o malefício do seu consumo abusivo, além de proibir a venda ou a distribuição gratuita de refrigerantes em estabelecimentos de educação básica. A forma e o conteúdo da advertência ficarão a cargo do órgão competente do Poder Executivo, que terá 180 dias para regulamentar a lei resultante da aprovação do projeto; caso contrário, deverão ser seguidas as orientações constantes do texto da proposição. O descumprimento da determinação constituirá infração sanitária, nos termos da Lei 6.437/1977 e demais disposições aplicáveis.</p> <p>Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAS.</p>
6	PLS 153/2017 Ementa: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores. Autoria: Senador Reguffe [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com duas emendas	<p>O projeto visa a tornar obrigatória a comercialização de planos de saúde individuais por parte das operadoras.</p> <p>O relator apresenta duas emendas para: a) adequar a nomenclatura do tipo de contratação de plano de saúde objeto da proposição para tipo "individual ou familiar"; b) excluir as autogestões da obrigatoriedade de oferta de plano individual ou familiar, haja vista suas particularidades; c) possibilitar cancelamento do registro da operadora que não comercializar planos individuais ou familiares; e d) exigir comprovação de que houve oferta de plano individual ou familiar ao consumidor interessado na contratação de plano de saúde.</p> <p>- Posteriormente, a matéria será deliberada pela CAS.</p>
7	PL 178/2020 Ementa: Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Telmário Mota	Pela aprovação	<p>O projeto visa a alterar a Lei Rouanet para determinar que os projetos aprovados deverão ser publicados no Diário Oficial da União e em sítio da rede mundial de computadores, com os seguintes dados: a) título do projeto; b) número de registro na Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania; c) nome do proponente e respectivo número de inscrição no CNPJ ou no CPF; d) valor e prazo autorizados para captação dos recursos; e e) enquadramento nas disposições da Lei em questão. Ademais, para que seja respeitado o princípio da equidade regional na aprovação dos projetos, estabelece que a distribuição dos recursos deverá seguir os seguintes critérios: a) 3/4, no mínimo, na proporção da população de cada região apurada no censo demográfico imediatamente anterior à apresentação dos projetos; e b) até 1/4, de forma inversamente proporcional ao nível de desenvolvimento cultural da região, a ser definido em regulamento com base em informações sobre o consumo cultural das famílias, sobre o mercado de trabalho cultural e sobre a presença de equipamentos culturais em cada região, sem prejuízo da utilização de outros indicadores de demanda e oferta de bens culturais.</p> <p>- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CE.</p>

Data da reunião: 14/09/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	<p>PLS 134/2016</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados.</p> <p>Autoria: Senador Aécio Neves</p> <p>[tramitação]</p> <p>PLS 135/2016</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação.</p> <p>Autoria: Senador Aécio Neves</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativos</p>	Senador Roberto Rocha	Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016	<p>As duas proposições têm por objeto alterar a Lei 9.818/1999, que cria o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), com vistas a dar maior transparência à concessão de seguro de crédito à exportação, para estabelecer que a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) divulgue informações em sítio público.</p> <p>O PLS 134/2016 acresce quatro parágrafos ao art. 5º da Lei 9.818/1999, dispondo que a CAMEX disponibilize, para acesso do Tribunal de Contas da União (TCU), arquivo com o valor do custo fiscal da concessão de seguro à exportação para cada operação de crédito. Trata também dos parâmetros e metodologia utilizados para o cálculo do custo fiscal. Por fim, estabelece que, no mínimo semestralmente, “o custo fiscal, por cada operação, deverá ser disponibilizado em sítio público de fácil acesso ao cidadão”, respeitando-se as regras de proteção das informações sigilosa e pessoal, consoante os ditames da Lei de Acesso à Informação.</p> <p>O PLS 135/2016 acresce parágrafo único ao art. 7º da Lei 9.818/1999, dispondo que “a CAMEX deverá publicar, em sítio público e de fácil acesso ao cidadão, em até 15 dias, as decisões sobre as operações aprovadas no âmbito do FGE, com informações acerca dos parâmetros e das condições para concessão de seguro de crédito às exportações e de prestação de garantia pela União”, respeitando as regras da Lei de Acesso à Informação.</p> <p>O relator é pela aprovação do PLS 134/2016, na forma do substitutivo aprovado na CAE, o qual aperfeiçoa o mérito das duas proposições, mas com algumas alterações redacionais. O substitutivo estabelece que deverá ser disponibilizado em sítio público, dentre outras informações, a relação das operações concretizadas no âmbito do FGE, com informações acerca dos parâmetros e das condições para concessão do seguro de crédito às exportações e de prestação de garantia pela União, respeitado o disposto na Lei de Acesso à Informação, excetuadas as operações que têm por objeto exportações de bens e serviços do setor de defesa. O relatório inclui ainda parágrafo para garantir o sigilo comercial das exportações seguradas pelo Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e lastreadas com o FGE. Quanto ao PLS 135/2016, o relator é pelo seu arquivamento.</p> <p>- Matéria apreciada pela CAE com parecer favorável ao PLS 134/2016, nos termos da emenda nº 1-CAE (Substitutivo), e pelo arquivamento do PLS 135/2016.</p>
9	<p>PLS 194/2017</p> <p>Ementa: Altera o art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para definir produto essencial e estabelecer regras e prazos para o caso de vício desse produto.</p> <p>Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Telmário Mota	Pela aprovação	<p>O PLS pretende alterar a Lei 8.078/1990 para incluir a definição de produto essencial – aquele indispensável à subsistência do indivíduo em condições de higiene, alimentação, vestuário, habitação, segurança e saúde. Além disso estabelece que, no caso de vício em produto essencial, se o consumidor optar pela substituição imediata, o prazo não poderá ser superior a cinco dias úteis nas capitais e regiões metropolitanas, e a dez dias úteis nas demais regiões do País.</p>

Data da reunião: 14/09/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
10	PLS 374/2017 Ementa: Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor. Autoria: Senadora Kátia Abreu [tramitação] Terminativo	Senador Renan Calheiros	Pela aprovação	<p>O PLS acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) para estabelecer que é nula a cláusula contratual que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.</p> <p>- O relatório foi lido na reunião do dia 17/09/2019.</p>
11	PL 990/2019 Ementa: Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues [tramitação] Terminativo	Senador Dário Berger	Pela aprovação	<p>O projeto dispõe que a oferta e apresentação de produtos ou serviços ao consumidor incluirá, necessariamente, seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos, inclusive contribuições sociais, sobre eles incidentes.</p> <p>- A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 10/09/2019, 17/09/2019 e 08/10/2019.</p>
12	PL 3614/2019 Ementa: Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência. Autoria: Senador Rodrigo Cunha [tramitação] Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	<p>O projeto tem a finalidade de determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência.</p> <p>- O relatório foi lido na reunião de 09/08/2021.</p>
13	PL 155/2020 Ementa: Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal", para estabelecer mecanismo operacional de transparência executiva sobre o planejamento, a execução, o controle e a avaliação da gestão pública. Autoria: Senadora Soraya Thronicke [tramitação]	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação nos termos do substitutivo	<p>O PL 155/2020 tem como objetivo acrescentar dispositivo à Lei de Acesso à Informação para determinar que cada órgão e entidade dos entes federados deverá elaborar anualmente plano de gestão e caderno de transparência executiva e publicar atualizações trimestrais, inclusive em sítio oficial da internet. O plano de gestão deverá indicar as estratégias, os meios e os recursos para o alcance de resultados, para fins de transparência, controle social, eficiência, eficácia, integridade, entre outros. Deverá ser apresentado pelo titular do órgão ou entidade, em até 30 dias após o início do exercício ou após a assinatura do ato de posse, devendo ser atualizado trimestralmente. Já o caderno de transparência executiva constitui documento de prestação de contas destinado à apresentação de informações periódicas e sistematizadas sobre a gestão. Ao se desligar do órgão</p>

Data da reunião: 14/09/2021

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
	Terminativo			ou entidade, o titular deverá apresentar versão atualizada do caderno de transparência executiva contendo os atos e fatos relativos ao período de sua gestão. Ambos os documentos também deverão ser apresentados pelos beneficiários de transferências de recursos públicos federais às quais se apliquem a exigência constitucional de prestação de contas ao Congresso Nacional. O relator aponta que o projeto extrapola o campo material da Lei que pretende alterar. Ademais, estabelece medidas que violam a autonomia federativa e exigências de prestação de informações orçamentárias que já devem constar, conforme determinação constitucional, de cada LDO e da LRF. Desse modo, apresenta substitutivo que amplia o rol das informações que devem ser amplamente divulgadas pelos órgãos e entidades públicas, incorporando algumas sugestões constantes do projeto. O substitutivo altera a Lei de Acesso à Informação para determinar que é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, das seguintes informações: a) dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades, incluído o registro dos objetivos estratégicos, metas, indicadores de desempenho, resultados alcançados e recursos humanos e orçamentários empreendidos; b) registro do valor do patrimônio do órgão ou entidade e do respectivo orçamento; e c) avaliação dos serviços prestados, incluído o indicador de satisfação do cidadão, caso a atividade finalística do órgão ou entidade inclua a prestação direta de serviços públicos ao cidadão.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.